

TERRITÓRIO E VARIAÇÃO:

A oralidade de igarapé-miri no pretérito perfeito do indicativo

TERRITORY AND VARIATION:

The Orality of Igarapé-Miri in the Simple Past Tense of the Indicative



Revista dos Cursos de Letras e do Programa
de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 11/08/2025

Aprovação do trabalho: 21/08/2026

Publicação do trabalho: 2/09/2026

Ana Vitória Dias Lima 

vituria7@gmail.com

Universidade do Estado do Pará

COMO CITAR

DIAS LIMA, Ana Vitória. TERRITÓRIO E VARIAÇÃO: A oralidade de igarapé-miri no pretérito perfeito do indicativo. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 80-90, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1796>.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a variação linguística no uso do pretérito perfeito do indicativo em falas de moradores de Igarapé-Miri, no estado do Pará, com foco nas formas não canônicas como “falasse”, “escrevesse” e “saísse”. **Justificativa/contextualização:** Fundamentando-se na Sociolinguística Variacionista e na teoria epilinguística, a autora investiga como essas formas verbais ocorrem em situações de oralidade espontânea e refletem processos identitários e de pertencimento territorial. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com base na análise de ocorrências linguísticas em contextos reais de fala. **Resultados:** Os dados revelam que a forma variante é amplamente utilizada entre os falantes, especialmente aqueles com menor escolarização formal, e que fatores sociais como idade e contexto comunicativo influenciam diretamente na escolha das variantes. Também se evidencia que os falantes possuem consciência epilinguística de seus usos linguísticos, embora marcada por julgamentos negativos reforçados por instituições normativas, como a escola. **Conclusão:** A autora defende uma perspectiva decolonial e inclusiva do ensino da língua portuguesa, que valorize as variedades amazônicas como manifestações legítimas e potentes de saberes locais.

Palavras-chave: Variação linguística; identidade amazônica; morfologia verbal.

Abstract:

This article aims to analyze linguistic variation in the use of the simple past tense (pretérito perfeito do indicativo) in the speech of residents of Igarapé-Miri, a municipality in the state of Pará, Brazil, focusing on non-canonical forms such as “falasse,” “escrevesse,” and “saísse.” **Contextualization:** Based on Variationist Sociolinguistics and epilinguistic theory, the study explores how these verb forms emerge in spontaneous oral discourse and reflect processes of identity construction and territorial belonging. **Methodology:** The research adopts a qualitative and quantitative approach, analyzing linguistic occurrences in natural speech situations. **Results:** The findings show that the variant forms are widely used, particularly by speakers with lower levels of formal education, and that social factors such as age and communicative context significantly influence the choice of variants. The study also reveals that speakers have an epilinguistic awareness of their linguistic practices, although this awareness is often shaped by negative judgments reinforced by normative institutions such as schools. **Conclusion:** The author advocates for a decolonial and inclusive perspective in Portuguese language teaching, recognizing Amazonian varieties as legitimate and powerful expressions of local knowledge and resistance.

Keywords: Linguistic variation; Amazonian identity; verbal morphology.

Introdução

A linguagem é mais do que um sistema de comunicação; constitui-se como uma ponte viva entre o sujeito e seu território, um rio que molda e é moldado pela geografia humana. Falar é, acima de tudo, habitar uma geografia simbólica que revela muito mais do que palavras encadeadas: evidencia a complexa teia de identidade, memória e pertencimento que liga um povo ao seu chão.

Na vastidão da Amazônia, em especial no município de Igarapé-Miri, localizado na região nordeste do estado do Pará, os falares locais carregam a força ancestral e a vitalidade da oralidade amazônica, transmitida entre gerações com uma naturalidade que se configura, por si só, como ato de resistência cultural. Conforme afirma Borelli (2000), a identidade amazônica não é estática; constrói-se e manifesta-se nas sutilezas do cotidiano, sendo a língua seu espelho mais fiel.

O presente artigo nasce de uma escuta sensível e de um olhar interno – aquele que parte do mesmo chão em que a pesquisadora também fala, vive e respira a realidade amazônica. Ao imergir na fala cotidiana das feiras, dos corredores escolares, dos quintais repletos de histórias e dos encontros informais que tecem a vida comunitária, observou-se, de forma recorrente, a presença sistemática de formas verbais como “falasse”, “escrevesse” e “saisse”, empregadas com fluidez e naturalidade no lugar das formas canônicas do pretérito perfeito do indicativo, como “falaste”, “escreveste” e “saíste”.

Longe de configurarem equívocos ou desvios de uma norma arbitrária, essas construções revelaram-se, ao longo da investigação, expressões legítimas de um sistema linguístico profundamente enraizado no território e em sua população. Ao enunciar “falasse”, o falante de Igarapé-Miri não apenas conjuga um verbo, mas ativa uma memória coletiva e afirma sua ligação simbólica com o lugar. Foi ouvindo uma moradora local, em um contexto informal, proferir a frase “tu falasse que ia vir” que a semente desta pesquisa foi lançada, ecoando em diversas vozes e se tornando o fio condutor do estudo.

A fundamentação teórica baseia-se na Sociolinguística Variacionista, que orienta a observação da língua em seu uso real e social, considerando a variação como parte integrante do sistema linguístico (Labov, 2008); na teoria epilinguística, que ilumina a percepção dos falantes sobre a própria língua e sobre a dos outros (PERINI, 2010); e nas contribuições de autores como Bagno (2011), que se dedicam à luta contra o preconceito linguístico. Assim, o objetivo é compreender as formas verbais observadas não apenas como fenômenos fonológicos ou morfológicos, mas como marcadores linguísticos inconfundíveis de um povo.

A hipótese central sustenta que cada fala guarda uma história e que, no caso da oralidade de Igarapé-Miri, cada variação representa um ato de resistência cultural e de afirmação da identidade amazônica frente aos discursos padronizantes e, muitas vezes, estigmatizantes. Tal como os rios traçam caminhos na floresta, a fala desenha a história de um povo, numa metáfora que Bessa Freire (2011) aprofunda ao relacionar as línguas indígenas a rios que constroem a paisagem cultural.

Diante desse panorama, o presente artigo tem por objetivo analisar a variação do pretérito

perfeito do indicativo nas três conjugações verbais, a partir de falas espontâneas da população de Igarapé-Miri, compreendendo-a como um fenômeno sociolinguístico enraizado na identidade e territorialidade amazônica. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

Identificar a frequência e a distribuição das formas variantes do pretérito perfeito do indicativo nas falas espontâneas coletadas;

Investigar os fatores sociolinguísticos (como idade, escolaridade e contexto de fala) que condicionam a ocorrência dessas variantes;

Analisar as implicações epilinguísticas e o papel do preconceito linguístico na percepção dessas formas pelos próprios falantes e pela comunidade em geral;

Propor reflexões pedagógicas e políticas linguísticas que visem à valorização da diversidade da oralidade amazônica e ao combate a estigmas.

A estrutura do artigo está organizada em seis seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta a Fundamentação Teórica, na qual são discutidos os pilares conceituais do estudo, contextualizando a variação linguística no cenário amazônico. A terceira seção traz a Nota Metodológica, com o posicionamento da pesquisadora no campo.

Em seguida, a quarta seção descreve a Metodologia empregada, incluindo sujeitos, procedimentos de coleta e análise de dados. A quinta seção é dedicada aos Resultados e Discussão. Por fim, a sexta seção apresenta as Considerações Finais, seguidas das Referências que sustentam teoricamente o trabalho.

1 Fundamentação teórica

A língua não é apenas um conjunto de signos organizados por regras abstratas, ela carrega a memória, o território, os afetos e a história dos sujeitos que a utilizam. Em Igarapé-Miri, compreender a oralidade local é também reconhecer o entrelaçamento entre linguagem, identidade e pertencimento

1.1 Territorialidade Linguística: O espaço que se expressa pela voz

O território vai além dos limites geográficos: é vivido, ressignificado e sentido por meio das relações humanas, das histórias contadas e, sobretudo, pela forma como as pessoas falam. Na Amazônia, essa relação entre língua e espaço é ainda mais profunda, pois a linguagem carrega marcas das florestas, dos rios e dos encontros culturais que moldaram historicamente a região.

As práticas linguísticas amazônicas, como destaca Lopes (2017), resultam de séculos de contato entre línguas indígenas, africanas e europeias. Essa convivência produziu um ecossistema linguístico singular, no qual o português falado na região se distingue do europeu e do padrão escolar, refletindo, em sua sonoridade, vocabulário e estrutura, o ambiente natural e as relações sociais amazônicas.

Em Igarapé-Miri, falar como se fala não é apenas uma questão de escolha individual, mas uma

expressão de identidade e pertencimento. Trata-se de a língua moldar-se ao território, como propõe Santos (1996), ao afirmar que o espaço é também um produto social, no qual a linguagem atua como instrumento de apropriação e ressignificação. Da mesma forma, Foucault (2004) ressalta que certos espaços cotidianos, como a feira, o cais ou o quintal, são heterotopias – lugares onde as relações sociais e linguísticas se manifestam de forma singular, revelando o “território sonoro” que caracteriza o falar local.

Compreender a territorialidade linguística de Igarapé-Miri, portanto, é entender que “falar diferente” não se trata de desvio, mas de expressão legítima de pertencimento e de uma herança cultural viva.

1.2 A Variação Linguística como Expressão Natural da Língua

A língua varia porque é viva. Longe de ser um erro, a variação linguística é um fenômeno natural e sistemático em todas as comunidades de fala. Essa compreensão, central na Sociolinguística, foi consolidada por William Labov (2008), ao demonstrar que as diferenças na fala seguem padrões previsíveis, condicionados por fatores sociais, culturais e contextuais.

Na fala brasileira, as variações são inúmeras e revelam a riqueza da língua em sua diversidade. Seja no uso de “tu” e “você”, nas diferenças de concordância verbal ou em pronúncias regionais, cada detalhe carrega sentidos e histórias. No caso de Igarapé-Miri, as formas verbais “falasse”, “escrevesse” e “saísse” não são desvios isolados, mas manifestações legítimas da dinâmica linguística local.

Pesquisadores como Tarallo (1985) e Bortoni-Ricardo (2004) reforçam que essas variações obedecem a uma gramática própria, interna ao sistema da língua, que responde às necessidades comunicativas e culturais dos falantes. No contexto amazônico, essa variação ganha ainda mais significado, pois representa também um ato de resistência frente à imposição da norma-padrão, frequentemente distante da realidade cotidiana das comunidades.

1.3 Conjugações Verbais, Fonologia e Morfologia: A Dinâmica da Fala Local

As variações nas formas do pretérito perfeito em Igarapé-Miri, com o uso das terminações em “sse” no lugar do padrão “ste”, são fruto de processos linguísticos naturais, que envolvem aspectos fonológicos e morfológicos.

Do ponto de vista da fala espontânea, fenômenos como a simplificação articulatória e a assimilação sonora tornam formas como “falasse” mais fluidas e fáceis de serem pronunciadas do que “falaste”, como aponta Cagliari (2009). Além disso, há uma reorganização morfológica, em que as terminações verbais se adaptam ao uso cotidiano, sem que isso comprometa o sentido ou a compreensão.

Essa regularização das formas verbais, observada também em outras conjugações, como “tu

escrevesse” ou “tu saíesses”, não representa desconhecimento da língua, mas sim um funcionamento interno legítimo e coerente, como destacam Martelotta (2008) e Kato (1986) em seus estudos sobre o português brasileiro.

O que se observa, portanto, é uma língua viva e flexível, que se molda às necessidades de comunicação e que expressa o modo de vida amazônico. A língua, em sua essência, adapta-se, transforma-se e segue os caminhos que o próprio povo traça, como os rios que desenharam o território.

1.4 Epilinguística e Preconceito Linguístico: Vozes que Precisam Ser Reconhecidas

Mais do que saber falar, os sujeitos também percebem e avaliam o modo como falam. Esse saber intuitivo sobre a própria língua é denominado epilinguística. Conforme define Perini (2010), trata-se do conhecimento empírico construído na experiência cotidiana.

No entanto, essa percepção encontra-se frequentemente atravessada por preconceitos linguísticos. Como alerta Bagno (2011), o ideal de uma única forma “correta” de falar, geralmente associada à norma-padrão culta, ignora e desvaloriza as variações regionais e sociais, gerando insegurança linguística e exclusão.

Na Amazônia, e especialmente em Igarapé-Miri, isso se manifesta quando os falantes julgam sua própria forma de falar como inferior ou errada, reproduzindo estigmas históricos. A escola, a mídia e outras instituições reforçam essa hierarquia, como apontam Bortoni-Ricardo (2004) e Possenti (2002), contribuindo para processos de silenciamento e negação da identidade linguística local.

Valorizar as variantes de Igarapé-Miri é, portanto, um passo fundamental para combater o preconceito linguístico e fortalecer o sentimento de pertencimento e autoestima dos falantes.

1.5 Por um Olhar Decolonial: A Língua como Resistência

Estudar as formas verbais de Igarapé-Miri vai além da análise gramatical. É também um gesto de resistência e de valorização dos saberes e práticas historicamente marginalizados. A norma-padrão, muitas vezes apresentada como neutra e universal, é, na realidade, um produto das relações de poder traçadas no contexto colonial.

Como explicita Quijano (2000), a colonialidade do poder se perpetua ao longo do tempo, impondo hierarquias e desvalorizando os saberes locais. Nesse sentido, reconhecer a legitimidade da fala amazônica é também uma postura decolonial, que questiona a imposição de um único modelo linguístico e celebra a pluralidade das vozes.

Boaventura de Sousa Santos (2010) reforça essa perspectiva ao defender as Epistemologias do Sul, saberes que emergem dos territórios periféricos e que resistem à lógica excludente do pensamento hegemônico. A fala de Igarapé-Miri, com suas especificidades, faz parte desse movimento de resistência, de afirmação e de valorização da diversidade.

2 Trajetória Metodológica: Pesquisa com os Pés na Terra e os Ouvidos Abertos ao Território

2.1 Um olhar que nasce do pertencimento

Investigar o falar de Igarapé-Miri não constitui apenas uma tarefa acadêmica. Trata-se, também, de revisitar as próprias raízes e escutar, com mais atenção, as vozes que sempre estiveram presentes nas feiras, nos quintais, nos barcos e nas conversas do cotidiano da cidade. Ser filha desse território possibilitou o desenvolvimento de um olhar sensível e de uma escuta atenta, capaz de perceber nuances que, possivelmente, escapariam a um observador externo.

Como destacam Lüdke e André (1986), o pesquisador que compartilha o espaço e as vivências da comunidade investigada tem a condição de construir uma escuta mais significativa, sem abrir mão do rigor científico.

Nesse sentido, a trajetória metodológica desta pesquisa buscou equilibrar o comprometimento com a análise acadêmica e o respeito à fala e às histórias compartilhadas pela comunidade.

2.2 Natureza e abordagem da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, que integra o olhar qualitativo, voltado aos sentidos, contextos e experiências dos falantes, e o olhar quantitativo, voltado à sistematização e compreensão numérica dos fenômenos de variação nas formas verbais do pretérito perfeito em Igarapé-Miri.

Na dimensão qualitativa, consideram-se as palavras como práticas sociais vivas, repletas de história, pertencimento e identidade. A dimensão quantitativa, por sua vez, fundamenta-se nos princípios da Sociolinguística Variacionista, conforme Labov (2008), permitindo o cálculo da ocorrência das variantes e sua distribuição segundo variáveis sociais como idade, escolaridade e contexto de uso.

2.3 Caminhos da coleta: a voz que nasce do cotidiano

Os dados foram coletados nos espaços naturais da convivência cotidiana — ruas, feiras, casas, quintais —, onde a fala se manifesta de maneira espontânea e carregada de identidade. A seleção dos participantes foi orientada por critérios éticos e metodológicos, com convite formal e consentimento livre e esclarecido.

A amostra da pesquisa foi composta por 20 sujeitos, todos moradores nativos de Igarapé-Miri, com perfis sociais e faixas etárias diversificados. Esse recorte permitiu captar um panorama representativo da variação linguística local.

As falas foram registradas por meio de gravações de áudio, realizadas em contextos informais, com o objetivo de preservar a naturalidade da expressão oral. Além disso, foram feitas observações

de campo e anotações contextuais, conforme propõe Creswell (2014), a fim de apreender aspectos que vão além do discurso propriamente dito, como gestos, ambiente e relações sociais.

2.4 Transcrição, organização e análise dos dados

Após as gravações, procedeu-se à transcrição dos dados, respeitando as marcas da oralidade, como pausas, hesitações e ritmos. As variantes do pretérito perfeito do indicativo foram categorizadas e analisadas em duas perspectivas: linguística e social.

Na análise quantitativa, contabilizou-se a ocorrência das formas em “-sse” em substituição às formas em “-ste”, abrangendo as três conjugações verbais. Na análise qualitativa, a escuta esteve centrada na percepção dos falantes sobre a própria fala, dialogando com as noções de epilinguística, como discutido por Perini (2010), Bagno (2011) e Bortoni-Ricardo (2004). A interpretação dos dados considerou não apenas os aspectos gramaticais e estatísticos, mas o lugar social da fala no cotidiano amazônico.

2.5 Ética, cuidado e compromisso com o território

Por se tratar de uma pesquisa com sujeitos humanos e atravessada por vínculos afetivos, cada etapa foi conduzida com o devido cuidado ético. Todos os participantes foram informados quanto aos objetivos da pesquisa, ao uso das informações coletadas e ao direito de desistência.

Para além dos protocolos institucionais, houve um compromisso pessoal e político com o respeito à fala, às histórias e aos modos de vida compartilhados. Como pesquisadora e filha de Igarapé-Miri, o compromisso assumido é o de que esta pesquisa contribua para valorizar a diversidade linguística local e reconhecer as vozes amazônicas como parte legítima do patrimônio linguístico brasileiro.

3 Resultados e discussão

Os dados coletados revelam um cenário linguístico vivo e profundamente conectado à identidade e ao cotidiano dos moradores de Igarapé-Miri. A variação do pretérito perfeito do indicativo em segunda pessoa do singular emerge como um fenômeno sistemático e expressivo, que reafirma o caráter dinâmico e legítimo da oralidade local, desafiando a rigidez da norma-padrão.

3.1 Ocorrência e Distribuição das Formas Variantes

A análise das 377 ocorrências do pretérito perfeito em segunda pessoa, extraídas de falas espontâneas, evidencia um padrão robusto de uso das formas variantes – como “falasse”, “escrevesse” e “saísse” – em lugar das formas prescritas pela norma-padrão (“falaste”,

“escreveste”, “saíste”). Essas variantes aparecem em 84,88% dos casos, confirmando que se trata de um fenômeno consolidado e coletivo, e não de usos isolados ou “erros” individuais.

A distribuição por conjugação verbal também apresenta alta frequência e uniformidade, conforme a Tabela 1:

TABELA I – Frequência das Formas Variantes do Pretérito Perfeito por Conjugação em Igarapé-Miri

Conjugação	Forma Padrão	Forma Variante	Frequência da Variante
1ª (-ar)	Falaste	Falasse	88,24%
2ª (-er)	Escreveste	Escrevesse	81,82%
3ª (-ir)	Saíste	Saísse	82,47%

Fonte: A autora (2025).

Os números apontam para um processo generalizado de simplificação fonológica e reorganização morfológica, que atravessa as três conjugações de maneira consistente. Esse padrão corrobora a visão de que a variação linguística, longe de ser aleatória ou fruto de desconhecimento, reflete o funcionamento natural da língua em contexto social, como defendem Labov (2008) e Bortoni-Ricardo (2004).

Ainda que estudos sobre essa variação específica na Amazônia Paraense sejam escassos, os resultados de Igarapé-Miri dialogam com fenômenos documentados em outras regiões brasileiras, onde a simplificação verbal também se manifesta como parte do processo vivo e adaptativo da linguagem (Tarallo, 1985).

3.2 Fatores Sociolinguísticos: A Variação como Retrato da Comunidade

A variação das formas do pretérito perfeito não ocorre de forma homogênea entre todos os falantes, tendo em vista que os dados apontam para fatores sociais que influenciam diretamente esse fenômeno, conectando a língua à memória e às dinâmicas de pertencimento em Igarapé-Miri.

Quadro I – Dados

Nível de escolaridade	Falantes com escolaridade até o ensino fundamental apresentaram maior uso das variantes (95%), enquanto entre aqueles com ensino superior esse percentual caiu para 65%. Essa diferença sugere o impacto da escola e da exposição à norma-padrão escrita na escolha linguística, mas também revela que, fora do ambiente formal, a oralidade local se mantém como forma legítima e predominante de comunicação.
Faixa etária	A maior ocorrência das variantes foi registrada entre adultos de 30 a 50 anos, com um percentual médio de 90%. Essa faixa etária representa o elo entre as gerações, transmitindo a fala local às crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que mantém vínculos fortes com as práticas linguísticas tradicionais. Os mais jovens, embora ainda utilizem as variantes, estão mais expostos a outras influências

	linguísticas, como a mídia e as redes sociais.
Contexto de uso	Em situações informais como conversas em casa, na feira ou nas rodas de amigos, o uso das variantes chegou a 93%. Em ambientes mais formais, como reuniões ou entrevistas monitoradas, esse índice caiu para 72%. Essa diferença confirma o que a Sociolinguística Variacionista já aponta: em contextos de menor vigilância linguística, os falantes tendem a expressar-se de forma mais espontânea e próxima da fala cotidiana (Labov, 2008).

Fonte: A autora (2025).

Esses dados mostram que a variação linguística não é apenas uma questão gramatical, mas um fenômeno social e identitário, profundamente conectado ao território e às relações de pertencimento.

3.3 Epilinguística e o Saber sobre a Própria Língua

Além dos dados objetivos, as entrevistas e observações revelaram um aspecto fundamental: a consciência prática que os falantes possuem sobre sua própria língua. Mesmo sem recorrer a termos técnicos ou à gramática formal, os moradores de Igarapé-Miri demonstram segurança e naturalidade ao empregar as formas variantes, sem hesitação ou constrangimento.

Esse saber epilinguístico do conhecimento intuitivo sobre a própria fala confirma que os falantes dominam um sistema linguístico legítimo e funcional, mesmo que ele não coincida com o que a escola ou a mídia apresentam como “correto” (Perini, 2010). Nesse sentido, as variantes supracitadas são expressões autênticas de uma gramática internalizada, adequada ao contexto sociocultural da comunidade.

Logo, a valorização desse saber é um passo importante no combate ao preconceito linguístico e na promoção da autoestima linguística dos falantes, como defendem Bagno (2011) e Possenti (2002).

3.4 Caminhos Pedagógicos e o Compromisso com a Diversidade

Os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de repensar o papel da escola no trato com a variação linguística, especialmente em contextos amazônicos, tendo em vista que a imposição rígida da norma-padrão, muitas vezes descontextualizada, pode gerar insegurança e afastamento dos alunos em relação à própria língua.

A partir disso, propõe-se, assim, que o ensino de língua portuguesa em Igarapé-Miri adote uma abordagem mais inclusiva, que não só reconheça as variantes locais como legítimas e parte da herança cultural dos alunos, como também incentive o estudo da fala cotidiana como objeto de reflexão em sala de aula. Junto a isso, promova a formação de professores para lidar com a diversidade linguística de forma consciente e respeitosa e valorize os falares amazônicos em

materiais didáticos, projetos escolares e eventos culturais.

A escola precisa ser um espaço onde as vozes do território sejam ouvidas, respeitadas e celebradas, contribuindo para a construção de uma educação linguística que fortaleça o pertencimento, a autoestima e o reconhecimento da diversidade brasileira.

Considerações finais

A presente pesquisa investigou a variação do pretérito perfeito do indicativo no município de Igarapé-Miri, evidenciando que formas verbais como “falasse”, “escrevesse” e “saísse” não constituem desvios isolados, mas sim marcas consistentes da oralidade local. Essas construções linguísticas refletem aspectos da memória coletiva, do pertencimento cultural e da maneira como a população amazônica estrutura sua comunicação e sua relação com o território.

Os resultados da análise indicam que tais variações, longe de apresentarem erros ou indícios de desconhecimento da norma-padrão, decorrem de processos naturais da língua, moldados pelas necessidades comunicativas, pelos contextos sociais e pelas dinâmicas culturais da comunidade. Nesse sentido, a oralidade em Igarapé-Miri apresenta-se como um sistema linguístico legítimo, dinâmico e profundamente enraizado no cotidiano dos falantes.

Os dados obtidos reforçam a importância de que tanto as instituições escolares quanto as políticas públicas reconheçam e valorizem a diversidade linguística existente. É imprescindível que o ensino da língua portuguesa incorpore as formas locais como manifestações do patrimônio cultural nacional, contribuindo, assim, para o enfrentamento do preconceito linguístico e para a promoção do respeito às diferentes modalidades de fala.

Embora os objetivos propostos tenham sido alcançados, reconhece-se a relevância de futuras investigações que aprofundem a temática, ampliem o número de participantes, comparem contextos sociolinguísticos diversos ou explorem as percepções de diferentes gerações. Compreender e analisar a fala amazônica é também um ato de valorização das vozes que resistem e expressam a riqueza cultural da região.

Espera-se, portanto, que este estudo contribua para a construção de um olhar mais sensível e respeitoso acerca das variedades linguísticas brasileiras, especialmente aquelas que se originam e se mantêm vivas na Amazônia. Valorizar a fala de Igarapé-Miri significa reconhecer, de maneira efetiva, a identidade e a história de seu povo.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2011. Disponível em: <https://www.livrariadovix.com.br/produto/preconceito-linguistico-marcos-bagno-loyola> (acesso mediante compra).

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de**

aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Estética, ética e hermenêutica**. Tradução de Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 412–422.

KATO, Mary Aizawa. **O português brasileiro: um convite à pesquisa**. Campinas: UNICAMP, 1986. Disponível em: <http://www.editora.unicamp.br/produto/302/o-portugues-brasileiro-um-convite-a-pesquisa>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

LOPES, Cyntia Regina. **Linguagem, identidade e cultura na Amazônia: estudo sociolinguístico dos falares regionais**. Belém: EDUFPA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11615>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTELOTTA, Maria Eugênia (Org.). **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4153867-Por-que-nao-ensinar-gramatica-na-escola-sirio-possenti.html>. Acesso em: 26 jul. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11126/1/lander.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Epistemologias_do_Sul.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.